



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

(Decreto nº 1.306/2011)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA

FUNÇÃO PLEITEADA: TGPC09 - Assistência em Desenvolvimento de Programação Orçamentária

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não rasga-lo) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique que o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Terminado o teste objetivo, caso tenha trazido currículo, deverá se encaminhar ao local reservado para efetuar a entrega do currículo.
- 7º Após a entrega do currículo, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros. **Solicitamos sua compreensão e colaboração.**

BOA SORTE!!!

Servidor:	
Matrícula	Função Pleiteada:

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			

- 1 Assinale a alternativa Correta: são Princípios Orçamentários previstos na Lei nº 4.320/64:
 - a. anterioridade, legalidade, irretroatividade;
 - b. transitoriedade, anterioridade, legalidade;
 - c. publicidade, moralidade, imparcialidade;
 - d. unidade, universalidade, anualidade;
 - e. publicidade, anterioridade, isonomia.

- 2 O Embasamento legal que disciplina e normatiza a elaboração dos instrumentos de planejamento na Administração pública são:
 - a. Constituição Federal, Lei 8.666/93, a Lei nº 4.320/64;
 - b. Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000;
 - c. Constituição Federal, a Lei nº 4.320/64, a Lei 9.717/99;
 - d. Constituição Federal, a Lei nº 4.320/64, a Lei 8.212/91;
 - e. Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 20, a Lei Complementar nº 101/2000.

- 3 Assinale a alternativa correta: de acordo com o artigo 165, § 5º da Constituição Federal, a estrutura da Lei Orçamentária Anual compreende:
 - a. O Orçamento Fiscal, as Diretrizes Orçamentárias, a as despesas com pessoal e encargos sociais;
 - b. O Orçamento de Investimentos, os Créditos Adicionais Suplementares e as despesas com educação;
 - c. O Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimentos e o Orçamento da Seguridade Social;
 - d. O Orçamento de Seguridade Social, o Orçamento das Empresas Públicas e as Diretrizes Orçamentárias;
 - e. O Orçamento Fiscal, os Créditos Especiais e os Créditos Suplementares.

- 4 Considere as seguintes afirmativas quanto aos Prazos de encaminhando dos Instrumentos de Planejamento do Município de Londrina ao Poder Legislativo, e **responda a questão a seguir:**

I - O Projeto do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Prefeito subsequente, será encaminhado até 4 (quatro) meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II - O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado até 8,5 (oito) meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III - O Projeto de Lei Orçamentária do Município será encaminhado até 4 (quatro) meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Assinale:

- a. Se somente a afirmativa I estiver correta;
- b. Se somente as afirmativas I e II estiverem corretas;
- c. Se somente as afirmativas I e III estiverem corretas;
- d. Se somente as afirmativas II e III estiverem corretas;
- e. Se todas afirmativas estiverem corretas.

5 Assinale **(V)** para as afirmativas **VERDADEIRAS** e **(F)** para as **FALSAS**, marcando, a seguir, a sequência correspondente:

- () A Receita Orçamentária, segundo a sua natureza classifica-se em Receitas Correntes e Despesas de Capital.
- () A Receita Orçamentária, segundo a categoria econômica classifica-se em Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- () A Receita Orçamentária integra o Orçamento Público, portanto o Governo recebe autorização, por lei, para arrecadá-las.
- () A Receita Extra-Orçamentária integra o Orçamento Público. É classificada em contas do Sistema Financeiro existente no Plano de Contas da Prefeitura. Exemplo: cauções, fianças, retenções em folha de pagamento e outras. A Prefeitura é apenas depositária dos valores que serão restituídos a quem de direito.

- a. V, V, F, F;
- b. V, V, V, F;
- c. V, V, V, V;
- d. F, V, V, F;
- e. F, V, V, V.

6 A Constituição Federal de 1988 delineou o modelo do atual ciclo de planejamento e orçamento, definindo três instrumentos, com força de leis, cuja iniciativa e prerrogativa é exclusiva do Poder Executivo. Assinale a alternativa **correta**:

- a. O Orçamento Fiscal, as Diretrizes Orçamentárias e as despesas com pessoal e encargos sociais;
- b. O Orçamento de Investimentos, os Créditos Adicionais Suplementares e as despesas com educação;
- c. O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA;
- d. O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orgânica do Município;
- e. O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

7 Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. Programa é o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- b. Projeto é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
- c. Atividade é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam por um período de tempo, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- d. Operações Especiais são as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- e. Cada programa identifica as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de Projetos, Atividades e Operações Especiais.

8 Assinale a alternativa que **não** contém objetivos do PPA:

- a. Definir, com clareza, os objetivos e metas e da administração bem como os resultados esperados;
- b. Estabelecer a necessária relação entre os Programas a serem desenvolvidos e a orientação estratégica de governo;
- c. Nortear a alocação de recursos nos orçamentos anuais, compatível com as metas e recursos do Plano;
- d. Organizar, em Programas, as ações de que resulte oferta de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade;
- e. Definir normas para todo e qualquer parcelamento de solo para fins urbanos, localizado no Perímetro Urbano do Distrito Sede e dos Distritos do Município.

9 Assinale a alternativa **Incorreta** quanto ao Quadro de Detalhamento da Despesa do Município - QDD:

- a. No QDD podemos observar o valor aplicado por Projeto, Atividades e Operações Especiais em cada unidade orçamentária;
- b. No QDD podemos observar a Classificação Funcional-Programática em cada unidade orçamentária;
- c. No QDD podemos observar o valor a ser aplicado em cada elemento de despesa por unidade orçamentária;
- d. No QDD podemos observar o valor a ser aplicado por fonte de recursos em cada unidade orçamentária;
- e. No QDD podemos observar o valor a ser aplicado das despesas extra - orçamentárias de cada unidade orçamentária.

10 Assinale **(V)** para as afirmativas **VERDADEIRAS** e **(F)** para as **FALSAS**, marcando, a seguir, a sequência correspondente:

- () Orçamento público é um instrumento de gestão governamental contínuo, dinâmico e flexível, que traduz em termos físicos e financeiros, para determinado período, os programas de trabalho do governo;
- () A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei;
- () A Lei Orçamentária Anual disciplina todos os programas e ações do governo no exercício, nenhuma despesa pública pode ser executada sem estar consignada no Orçamento;
- () A Lei Orçamentária Anual estima as receitas e autoriza as despesas do Governo de acordo com a previsão de arrecadação.

- a. V, V, F, F;
- b. V, V, V, F;
- c. V, V, V, V;
- d. F, F, V, V;
- e. F, V, V, V.

11 Assinale a alternativa **incorreta** com relação aos Créditos Adicionais:

- a. Os Créditos Suplementares são abertos para reforço de dotação já existente na LOA;
- b. O Crédito Especial cria novo programa para atender objetivos não previstos no Orçamento;

- c. Os Créditos Extraordinários são abertos para atender despesas imprevisíveis e urgentes como as decorrentes de guerra, subversão interna ou calamidade pública;
- d. Os Créditos Suplementares podem ser prorrogados para o exercício financeiro seguinte desde que tenha recursos financeiros disponíveis;
- e. Para a abertura de Crédito Extraordinário é necessário a decretação de estado de calamidade pública, não necessita de autorização prévia do Poder Legislativo, sendo aberto por decreto do Poder Executivo que dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

12 Assinale a alternativa onde todas as Receitas Orçamentárias são classificadas como **Receita Patrimonial**:

- a. IPTU do Exercício Corrente, Taxa de Fiscalização da Vigilância Sanitária, ITBI do Exercício Corrente;
- b. Juros de Título de Renda, Rendimentos de Recursos Próprios, Aluguéis de Imóveis Rurais;
- c. IPTU do Exercício Corrente, ITBI do Exercício Corrente, ISS do Exercício Corrente;
- d. Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte de *Royalties*;
- e. Alienação de Móveis e Utensílios, Alienação de Equipamentos, Alienação de Imóveis.

13 Com relação ao código 3.1.90.11.00 é **correto** afirmar:

- a. O 3 indica o Grupo da Despesa;
- b. O 1 indica a Categoria Econômica da Despesa;
- c. O 90 indica a Modalidade de Aplicação;
- d. O 11 indica o detalhamento da despesa;
- e. O 3 indica o Elemento de Despesa.

14 Assinale a alternativa **correta**: O Código 1.1.00.00.00.00, na Classificação da Receita Orçamentária identifica:

- a. Receita de Serviços;
- b. Receita Tributária;
- c. Receita Patrimonial;
- d. Outras Receitas Correntes;
- e. Receita de Capital.

15 Assinale a alternativa **Incorreta**, com relação ao contingenciamento (limitação de empenho) da despesa orçamentária:

- a. O contingenciamento consiste no retardamento, ou ainda, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na lei orçamentária;
- b. O poder regulamentar do Decreto de Contingenciamento segue preceitos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e nos critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c. Nos casos de contingenciamento, os recursos de convênios, poderão ser utilizados para atender as despesas de pessoal e encargos sociais;
- d. Não serão objetos de limitação de empenho as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquela destinada ao pagamento de serviço da dívida, e as ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- e. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcialmente, a recomposição das dotações em que os empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional as reduções efetivadas.

16 Assinale a alternativa **correta**. O Ciclo Orçamentário se inicia com:

- a. A publicação da Lei Orçamentária Anual;
- b. A publicação da Programação Financeira;
- c. A publicação do Plano Plurianual;
- d. A publicação do Cronograma de Desembolso;
- e. A publicação da Lei de Diretrizes Orçamentária.

17 Assinale alternativa, em que os recursos **não são** fontes de receitas do Município:

- a. Os *Superávits* obtidos em exercícios anteriores, apurados em balanço patrimonial;
- b. Os Excessos de Arrecadação obtidos durante a execução orçamentária municipal;
- c. As Receitas da Prestação de Serviço;
- d. A Receita da venda de Bens imóveis, pertencente ao Estado, localizados no Município;
- e. As Receitas de Contribuição de Melhoria.

18 Considere as seguintes afirmativas sobre os limites da despesa com pessoal, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e responda a questão a seguir:

- I - A despesa com pessoal para o Poder Executivo Municipal não poderá exceder 54% da Receita Corrente Líquida.
- II - Ao final do quadrimestre será verificado o cumprimento dos limites estabelecidos para a despesa com pessoal. Se o montante da despesa exceder 95% do limite fixado, o Município está sujeito às vedações estabelecidas na LRF, entre elas a criação de cargo, emprego ou função.
- III - Se a despesa com pessoal do Poder Executivo Municipal ultrapassar os limites estabelecidos na LRF, o percentual excedente terá que ser eliminado até a publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assinale:

- a. Se somente a afirmativa II estiver correta.
- b. Se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c. Se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d. Se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e. Se todas afirmativas estiverem corretas.

19 Assinale a alternativa **correta**: O Código 4.0.00.00.00 identifica a Categoria Econômica:

- a. Receita de Capital;
- b. Receita Corrente;
- c. Despesa Corrente;
- d. Despesa de Capital;
- e. Receita extra-orçamentária.

20 A ordem dos estágios da Receita Pública é:

- a. Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento;
- b. Previsão, lançamento, arrecadação e pagamento;
- c. Arrecadação, pagamento, recolhimento e lançamento;
- d. Previsão, empenho, lançamento e recebimento;
- e. Licitação, previsão, empenho e arrecadação.

21 A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita. O trecho faz referência ao princípio orçamentário da:

- a. Especificidade;
- b. Dotação ilimitada;
- c. Unidade;
- d. Exclusividade;
- e. Legalidade.

22 A Ordem dos estágios da despesa pública é:

- a. recolhimento, arrecadação, pagamento e fixação;
- b. fixação, empenho, liquidação e pagamento;
- c. liquidação, empenho, fixação e pagamento;
- d. fixação, pagamento, empenho e liquidação;
- e. previsão, recolhimento, empenho e pagamento.

23 Assinale a resposta correta quanto aos limites da despesa total com pessoal:

- a. Na União não poderá ultrapassar 50% da receita corrente líquida;
- b. Nos Estados não poderá ultrapassar 50% da receita corrente líquida;

- c. Nos Municípios não poderá ultrapassar 50% da receita corrente líquida;
- d. Na União não poderá ultrapassar 60% da receita corrente líquida;
- e. Nos Estados não poderá ultrapassar 40% da receita corrente líquida.

24 Assinale a alternativa correta quanto à definição da despesa obrigatória de caráter continuado, constante da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a. Considera-se obrigatória, de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória, ou ato administrativo normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios;
- b. Considera-se obrigatória, de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória, ou ato administrativo normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior ao exercício;
- c. Considera-se obrigatória, de caráter continuado, a despesa de capital derivada de lei, medida provisória, ou ato administrativo normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior ao exercício;
- d. Considera-se obrigatória, de caráter continuado, as despesas corrente e de capital derivada de lei, medida provisória, ou ato administrativo normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior ao exercício;
- e. Considera-se obrigatória, de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória, ou ato administrativo normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um quadrimestre.

25 Assinale alternativa onde todas as despesas são classificadas com Despesas de Capital:

- a. Inversões Financeiras, Pessoal e Encargos Sociais;
- b. Investimentos, Pessoal a Disposição de Outros Órgãos;
- c. Inversões Financeiras, Investimentos;
- d. Operações de Crédito, Transferências de Capital;
- e. Descontos concedidos, Reserva de Contingência.